

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE FACE AOS OBJECTIVOS 2 E 3 DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

Mónica Frederico¹

Resumo: O artigo apresenta o resultado da pesquisa sobre a Situação da educação em Moçambique face aos Objectivos 2 e 3 de Desenvolvimento do Milénio. O estudo centrou-se na análise descritiva bivariada dos dados dos censos 1997 e 2007. Os indicadores analisados foram frequência escolar, níveis concluídos, saber ler e escrever e paridade de género. Os resultados mostram que em 1997 apenas (36.9%) de crianças em idade escolar frequentavam um estabelecimento de ensino. Em 2007, (60.6%) de crianças em idade escolar frequentavam um estabelecimento de ensino. Em relação a conclusão de níveis verificou-se que no censo 1997 havia mais crianças com o nível primário do 1º grau concluído (acima de 80%) do que o 2º grau do mesmo ensino. Em 2007, (78.1%) desta população tinha concluído o primeiro grau e (29.3%) o segundo grau do ensino primário. Em 1997 apenas (29.7%) sabiam ler e escrever, (65.6%) não sabia ler nem escrever. Em 2007 (41.9%) sabia ler e escrever e (54.1%) não sabia ler nem escrever. Entretanto em todos indicadores as raparigas continuam sendo as que menos avançam. Os factores como desistência escolar, entrada tardia na primeira classe e a área de residência podem justificar a existência ainda de muitas crianças que não se beneficiam da escola e consequentemente não cumprimento dos objectivos 2 e 3 do milénio.

Palavras-chave: Moçambique. Frequência escolar. Níveis concluídos. Educação. Paridade de género.

Abstract: The article presents the results of research about the situation of education in Mozambique on the light of Objectives 2 and 3 of the Millennium Development Goals. The study focused on bivariate descriptive analysis of data from the 1997 and 2007 censuses. The study analyzed the school attendance, completed levels, reading and writing skill according to the residential area and sex. The results show that in 1997 only (36.9%) of school-age children attended an educational institution. In 2007 (60.6%) of school-age children had attended to an educational institution. Regarding the levels conclusion, the study, found that in the 1997 census were more children with primary education of first cycle completed (over 80%) than the second of the same cycle. In 2007 (78.1%) of this population with school age had completed the first cycle and (29.3%) the second cycle of primary school. In 1997 only (29.7%) could read and write, (65.6%) could not read or write. In 2007 (41.9%) could read and write and (54.1%) could not read or write. However in all indicators girls continue being the least advanced. Factors such as dropout, late entry into first grade and area of residence may still justify the existence of many children who do not benefit the school and therefore do not meet the objectives 2 and 3 of the Millennium Development Goals.

Key-words: Mozambique. School attendance. Completed levels. Education. Gender parity.

¹ Mestre em Desenvolvimento Rural e Investigadora Assistente no Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). E-mail: mfredrico45@yahoo.com.br.

Introdução

A educação nas suas diferentes vertentes joga um papel importante no desenvolvimento. Segundo Durkheim (1984:) a educação desenvolve capacidades específicas necessárias para a ocupação no futuro através da transmissão de valores que promovem a homogeneidade necessária para a sobrevivência social e capacidades específicas que promovem a diversidade necessária para a cooperação social (a solidariedade e a cooperação).

Os benefícios resultantes deste instrumento, a educação, estão patentes em diversos estudos. Segundo Bhatti (1998:1858-1860) os benefícios da educação podem ser para o indivíduo (privado) ou para o grupo. Ao nível do indivíduo os benefícios são medidos através do aumento da renda, enquanto ao nível do grupo (como seja a família, comunidade ou país) são medidos pelo impacto que têm sobre a sociedade como um todo. Estes benefícios referidos incluem a redução da fecundidade, da taxa de mortalidade, da desigualdade de género, e a melhoria da saúde, entre outros.

A educação primária por exemplo, se destaca porque proporciona a liberdade. Esta liberdade manifesta-se através do acesso a escrita e aquisição de habilidades para cálculos, para comunicar, para escolher, contribuindo assim para o bem-estar e para a redução das desigualdades sociais (SEN, 2003: 299-303; BHATTY, 1998: 1858-1860).

Divido a esta importância da educação e ao reconhecimento desta como um direito de todos, ela passou a constar no projecto de desenvolvimento do Milénio. O acesso a educação começou a ser expandido em todo o mundo, incluindo Moçambique.

Entretanto, apesar do avanço no aumento do número de ingressos, casos existem ainda de crianças que não tem acesso a este meio. UNESCO refere que 67 milhões de crianças estavam fora da escola em 2008 das quais mais de um terço viviam em países de baixa renda, como é o caso de Moçambique (UNESCO, 2011: 40). Já os dados de MICCS (2008: 84) indicam que apenas 65% de crianças ingressaram na primeira classe nesse mesmo ano.

Considerando o papel que a educação tem na preparação do indivíduo para o desenvolvimento da sociedade, o presente artigo pretende descrever a situação da educação em

Moçambique através dos dados dos censos 1997 e 2007 tendo em conta os objectivos² 2 e 3 de desenvolvimento do Milénio, referentes a paridade de género entre os alunos, a frequência escolar, conclusão dos níveis e literacia (saber ler e escrever). O trabalho é basicamente descritivo e analisa os dados dos censos (1997 e 2007) realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, referentes a população 5 a 17 anos que é a população em idade escolar. O processamento destes dados foi através do programa estatístico SPSS versão 17. A fundamentação foi feita com base na revisão de literatura sobre a educação em Moçambique e no Mundo, Objectivos do Milénio e de Educação para Todos.

1 Educação em Moçambique

Antes da chegada dos europeus a educação indígena era assegurada por todos grupos étnicos e linguísticos e continuam a ser, geração após geração, um importante veículo de transmissão de identidade cultural. Este sistema educativo procura inculcar nas crianças as atitudes e conhecimentos adequados ao desempenho dos papéis sociais masculinos e femininos, pondo a tónica nos deveres e privilégios resultantes de valores culturais. Transmitida oralmente e pelo exemplo familiar, bem como em lições formais e em rituais comunitários, a educação indígena responde aos problemas concretos das comunidades locais, preparando chefes políticos como simples camponeses e gera um sentimento de cidadania nos habitantes da comunidade (BANCO MUNDIAL, 1990: 11).

Com a expansão de povos árabes e europeus, novos elementos foram introduzidos na educação africana através do islão e pela igreja cristã, que serviram de sustentáculo à vida cultural, espiritual, literária, científica e artística dos países africanos (BANCO MUNDIAL, 1990: 11).

² Alcançar o ensino primário universal. Meta 3: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário, até ao ano 2015. Objectivo 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres. Meta 4: Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, o mais tardar até 2015.

Assim, os europeus estabeleceram duas ordens de ensino nomeadamente: a educação dirigida especialmente aos indígenas e sempre ligada a preocupação de evangelização e, a educação moldada aos interesses dos colonos (desde que estes se começaram a fixar nos territórios africanos). Para os europeus a escola tinha de funcionar a imagem das instituições escolares ocidentais, enquanto para os indígenas a escola tinha como objectivo elevar cultural e socialmente os povos colonizados (AZEVEDO, 1958: 43-47).

Como refere, o artigo 68 do estatuto Missionário, citado por Mazula (1995:79) e Gómez (1999: 57-58) na África cujo colonizador era português, caso de Moçambique, o ensino para os africanos deveria permitir a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas, bem como a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, de harmonia com o sexo, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na moralização do abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais. Hedges (1999: 41) corroborando, refere que a política de educação colonial era um instrumento para legitimar a dominação colonial através dos ensinamentos que impunham a negação da história, dos saberes africanos e a utilização das instituições de ensino como instrumentos de civilização e nacionalização dos indígenas.

Durante o período colonial a progressão dos estudos para os africanos encontrava barreiras como por exemplo: o ingresso na escola com 7 anos de idade numa área onde a dimensão da rede escolar era pequena e a distância entre a escola e as residências não podia ser percorridos por crianças dessa idade; a leccionação do último grau de ensino primário apenas nas escolas oficiais, a onde os africanos não tinham acesso directo; o pagamento de propinas mensais a um valor alto; o recrutamento de adolescentes para o trabalho forçado, incluindo aqueles que conseguiam ingressar. Estas barreiras tornaram o acesso a escola um privilegio das famílias com certo poder económico e social (HEDGES, 1999: 172-181; ELI et al.,1975: 187). Como produto disso, em 1974 a comissão nacional de plano registava a taxa de 93% de analfabetismo para a população com idade superior a 7 anos e, dos 3800 estudantes universitários apenas 40 eram negros (MAZULA, 1995: 91 citando CNP, 1984).

Iniciado o movimento de libertação nova ideologia guiou a educação nas zonas de sua influencia. Segundo Gómez (1999: 92) com a independência nacional ocorreram transformações

no sistema de educação. As transformações ocorridas consistiram na nacionalização do ensino, transformação dos conteúdos e, a escola foi concebida como uma base para o povo tomar o poder, contrariando os objectivos estabelecidos durante a colonização. Com estas mudanças verificou-se a expansão do ensino, permitindo que os seguimentos mais excluídos da sociedade tivessem acesso a ela. Pretendia-se com esta nacionalização eliminar os diferentes factores de discriminação social e assegurar a democratização do acesso à escola, com intuito de consolidar a identidade e a unidade nacionais (RPM, 1985: 13; PNUD, 2000: 33-34). Evidencia disso é dada pelo Banco Mundial ao explicar que entre 1960 e 1983, período das independências africanas, o número de estudantes matriculados em estabelecimentos escolares africanos em todos os níveis quintuplicou, atingindo cerca de 63 milhões (BANCO MUNDIAL, 1990: 1).

Entre a década de 1980 e primórdios da década de 1990, Moçambique conheceu um período de instabilidade política que provocou êxodo da população rural, tendo se reflectido negativamente no desenvolvimento da rede escolar. Este período foi caracterizado por uma estagnação do sistema educativo devido a destruição do material, desarticulação e desintegração da vida social e muitas das escolas não eram viáveis nem possíveis do ponto de vista material (PNUD, 2000:38-40).

Apesar deste constrangimento, em 1983 foi introduzido o sistema nacional de educação, conhecido como linhas gerais do Sistema Nacional de Educação aprovado pela resolução nº 11/81, cuja prioridade era a escolarização obrigatória, erradicação do analfabetismo e a formação de quadros para as necessidades de desenvolvimento (RPM, 1985:15; MAZULA, 1995: 171).

Um dos principais objectivos deste sub-sistema era assegurar o direito à educação a todas as crianças e jovens moçambicanos, com base na escolaridade obrigatória e universal (RPM, 1985:32). Com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, Moçambique encontrou caminho para incrementar o acesso a educação. Por exemplo, a taxa bruta de admissões variou de menos de 60 para 100% no período de 1992 a 1999, respectivamente (PNUD, 2000: 43).

Esta tendência de aumento do acesso a educação não só dava resposta aos objectivos estabelecidos internamente como também vai de encontro aos Objectivos de Desenvolvimento do

Milénio e de Educação para Todos³. Segundo PNUD (2003: 27-29) os Objectivos do Milénio, de que Moçambique é signatário, têm a sua base nos objectivos de desenvolvimento internacional, criados em 1996 pela Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). Entre tais objectivos⁴ menciona-se: o ensino primário universal e a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres.

Assim considerada, a educação como um direito humano fundamental e como um elemento chave do desenvolvimento sustentável e da paz e estabilidade em cada país e entre as nações, e, portanto, um meio indispensável para a participação efectiva na vida social e económica passou a ser ponto de agenda de muitos decisores da política de educação em África no geral e em Moçambique em particular.

2 Características Gerais da população menor de 18 anos segundo censos 1997 e 2007

De acordo com os dados do censo 1997 a população menor de 18 anos era de 7.7 Milhões, isto é (50,9%) do total de habitantes de Moçambique. A população Masculina representava (50,2%) enquanto, a população feminina representava (49,8%), demonstrando que havia mais rapazes do que raparigas. No censo 2007, os dados revelaram também que este grupo da população continua representando mais da metade da população moçambicana (51,7%). Entretanto, a população feminina aumentou relativamente a população masculina. Como indicam

³ Educação para Todos iniciado na conferência mundial de educação de 1990 realizada em Jomtien, Thailand (UNESCO, 2011). Nesta conferência a educação foi vinculada como um direito humano e que deveria ocorrer ao longo da vida (UNESCO, 2011). Em 2000, no fórum de Dakar 164 chefes de estado definiram seis metas³ que tornariam a educação direito para todos até 2015, nomeadamente: expandir atempadamente os cuidados e educação de infância especialmente para crianças vulneráveis e desfavorecidas; providenciar a educação primária livre e compulsiva para todos; promover capacidades de leitura e de vida para a população jovem e adulta; assegurar que até 2015 todas as crianças e em particular as raparigas, em situações difícil tenham acesso a educação primária gratuita; aumentar a alfabetização de adultos; conseguir alcançar a equidade de género e, melhorar a qualidade de educação (UNESCO, 2000, 2011).

⁴ Erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde maternal; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; criar uma parceria mundial para o desenvolvimento. Este objectivos contém metas e indicadores relacionadas aos temas de género, saúde, meio ambiente, distribuição de renda, educação, habitação, e parcerias para promoção de desenvolvimento sustentável (PNUD, 2003; observatoriodomilenio.pbh.gov.br) para permitir a sua monitoria e avaliação.

os dados de 2007, a população feminina passou a representar (50,1%) enquanto população masculina passou a representar (49,9%), tabela 1.

Tabela 1. Distribuição percentual de menores de 18 anos por sexo nos anos 1997 e 2007

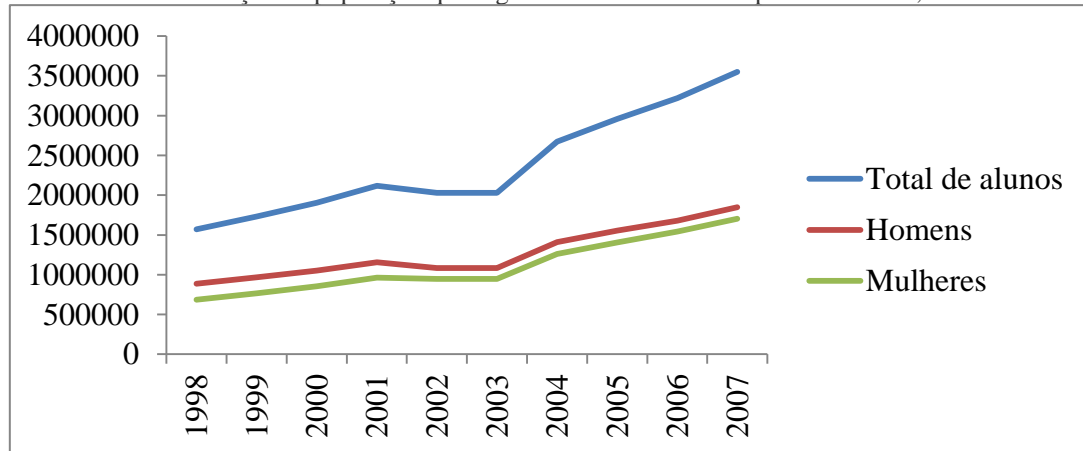
Características selecionadas	% de menores de 18 anos por sexo	
	1997	2007
Mulheres	49,8	50,1
Homens	50,2	49,9
Total	50,9	51,7

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

3 Evolução dos ingressos no período no 1998 -2007

Segundo dados da UNESCO, representados no gráfico 1 abaixo, no intervalo de 1998 a 2007 (2003 sem dados) o número de ingressos aumentou de 1.572.480 para 3.550.687 novos ingressos. Em termos de sexo, em 1998 ingressaram pela primeira vez na escola 886.712 rapazes e em 2007 1.847.609. No caso das raparigas, em 1998 ingressaram 685.768 e, até 2007 totalizavam 1.703.078. Entretanto, os dados revelam que o número de raparigas que ingressam continua a ser menor comparativamente ao dos rapazes, como mostra o gráfico 1.

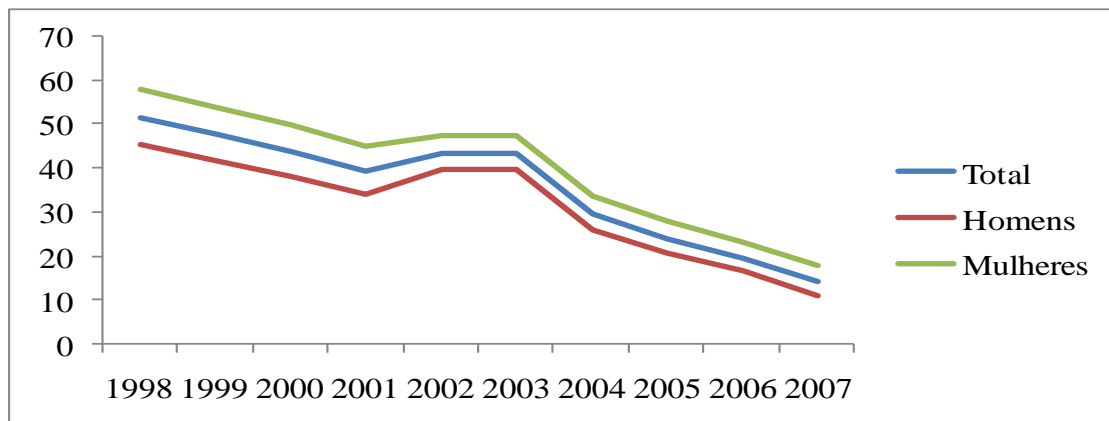
Gráfico 1. Evolução da população que ingressa na idade certa na primeira classe, 1998-2007



Fonte: elaborado pela autora segundo dados da UNESCO⁵

Como consequência da evolução positiva do ingresso na escola, a taxa de crianças fora da escola vai reduzindo no mesmo período, passando de (51.4%) em 1998 para (14.2%) em 2007. A taxa de ingresso dos rapazes passou de (45.4%) para (10.8%) enquanto a taxa de ingresso das raparigas baixou de (57.9%) para (17.6%), continuando a demonstrar a diferenças de acesso a educação entre homens e mulheres.

Gráfico 2. Taxa de crianças em idade escolar fora da escola, 1998-2007



Fonte: UNESCO (www.uis.unesco.org/Education/Pages/default.aspx)

⁵ (www.uis.unesco.org/Education/Pages/default.aspx)

4 Indicadores de educação

4.1 Frequência Escolar

A tabela 2 mostra o comportamento da frequência escolar segundo os dados dos censos 1997 e 2007. De acordo com esta tabela, houve aumento da proporção da população em idade escolar que frequenta uma instituição de ensino durante este intervalo inter-censitário. Até ao censo 1997 apenas (36.9%) dos menores de 18 anos frequentavam a escola e (63.1%) não frequentavam a escolas. Dos que não frequentavam, (55.4%) nunca tinham frequentado uma escola. No censo 2007, a proporção dos que se encontravam a frequentar correspondia a (60.6%) e os restantes (6.8%) e (32.6%) representavam aos que não frequentavam e nunca frequentaram, respectivamente. Entre os que nunca tinham frequentado destaca-se o grupo de 5 a 9 anos a onde 1.5% eram crianças dos 5 anos, isto é, crianças na fase de ingressar na escola.

A análise por área de residência (urbanas e rural), mostra que a proporção da população em idade escolar que frequentava uma instituição de ensino em 1997 era de (57.0%) na área urbana e os (43.0%) eram os que não frequentavam repartidos em (10.3% não frequentam e 32.7% nunca frequentaram). Na área rural, apenas (27.8%) encontrava-se a frequentar, enquanto (6.5%) não frequenta e (65.7%) nunca frequentou. Entretanto, comparando com o ano 2007, nota-se que aumentou a proporção dos que frequentam a escola na área urbana para (75.4%). A proporção dos que não frequentavam e dos que nunca frequentaram reduziu para (6.4%) e (18.1%) respectivamente. Na área rural também houve uma variação positiva. A proporção dos que frequentam aumentou para (54.1%) enquanto dos que nunca frequentaram reduziu para (38.9%), tabela 2.

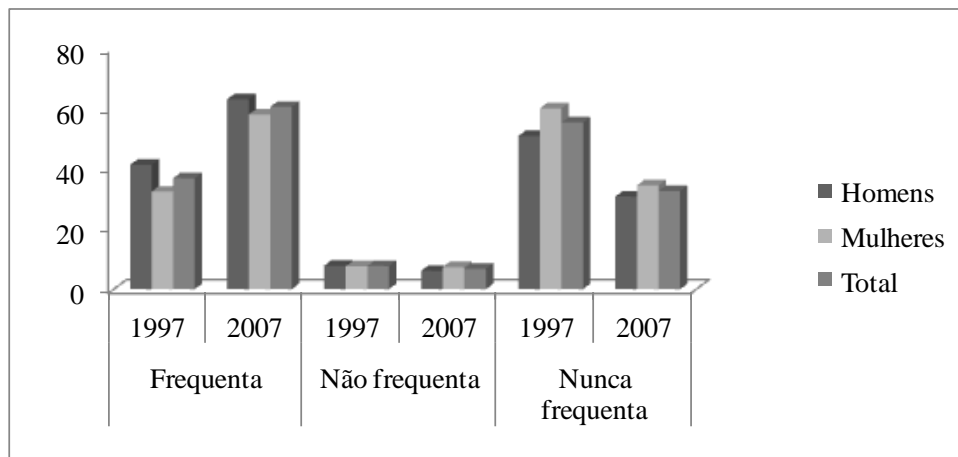
Tabela 2. Distribuição percentual de crianças segundo frequência escolar por grupos de idade e área de residência, 1997 e 2007

Variáveis	Frequenta		Não frequenta		Nunca Frequentou	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
5-9	25,5	22,7	1,2	1	73,2	23,7
10-14	52,8	27,5	6,5	2,1	40,2	5,9
15-17	33,1	10,3	24,4	3,6	42,4	3
Urbano	57	75,4	10,3	6,4	32,7	18,1
Rural	27,8	54,1	6,5	7	65,7	38,9
Total	36,9	60,6	7,7	6,8	55,4	32,6

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

O gráfico 3 mostra a frequência escolar segundo o sexo. Observando-o verifica-se que de 1997 a 2007 houve aumento tanto para os rapazes assim como para as raparigas. Cerca de (63%) de rapazes encontrava-se a frequentar a escola em 2007, (21.8%) a mais em relação a percentagem de rapazes (41.3%) que frequentava a escola em 1997. Para o caso das raparigas, também verificou-se um aumento na ordem de (25.6%), passando de (32.4%) em 1997 para (58%) em 2007. Entretanto para os que nunca tinham frequentado a escola, constatou-se que as raparigas constituem a maioria nos dois anos. Em 1997 estas raparigas totalizavam (60.9%) e em 2007 a percentagem destas reduziu para (34.5%). A percentagem dos rapazes era de (50.9%) em 1997 e reduziu para 30.8% em 2007.

Gráfico 3. Distribuição percentual da frequência escolar segundo sexo, 1997 e 2007



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

Entre os menores que frequentaram ou que nunca frequentaram, fazem parte crianças órfãos. A análise mostrou que neste conjunto, (17.7%) frequenta um estabelecimento de ensino. (29.1%) e (14.0%) fazem parte do conjunto de crianças que não frequentam ou que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino.

Comparando os diferentes tipos de órfão quanto a frequência escolar, nota-se que (27%) dos órfãos de ambos, (24.5%) dos órfãos de pai e (28.6%) órfãos de mãe nunca frequentaram um estabelecimento de ensino.

4.2 Níveis concluídos

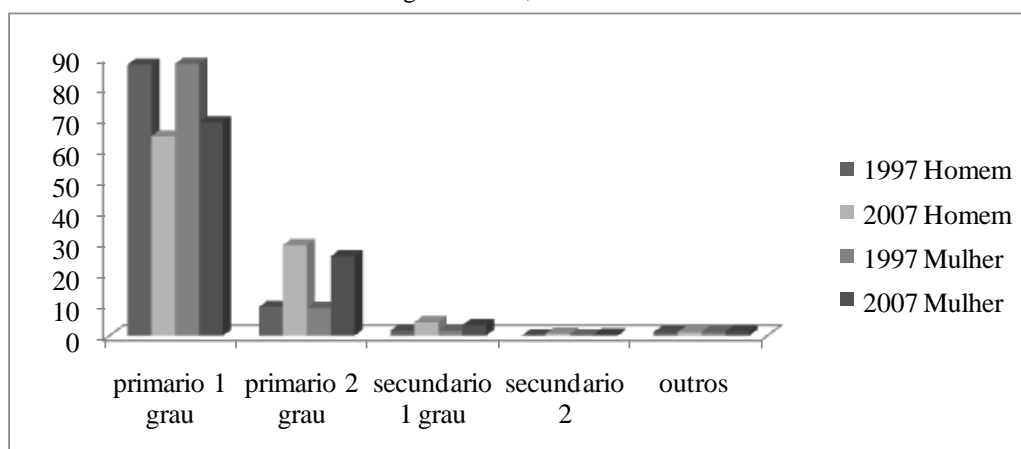
A análise segundo os níveis concluídos para os dois anos (gráfico 4) mostra que a maior parte da população escolar (acima de 80%) em 1997 tinha concluído o ensino primário do primeiro grau. Os dados de 2007, indicam que (78.1%) desta população em idade escolar tinha concluído o primeiro grau e (29.3%) o segundo grau do ensino primário o que demonstra a tendência de mudança para a conclusão de outros níveis de ensino.

Observando por sexo, a percentagem de rapazes e raparigas que tinha concluído este nível reduziu em (23.2%) e (18.9%), tendo passado de (87.7%) e (88%) em 1997 para (64.5%) e (69.1%) em 2007, respectivamente. Em contra partida, a redução da percentagem anteriormente referida foi compensada pelo aumento da percentagem dos que concluíram o segundo grau do mesmo ensino. Neste nível, houve um aumento da percentagem de crianças que concluíram o 2º grau. Dos (9.3%) e (9%) de rapazes e raparigas respectivamente que tinham terminado o segundo grau em 1997, em 2007 passaram para (29.3%) e (25.7%) em 2007 respectivamente.

Para os níveis secundário do primeiro grau e do segundo grau, ensino técnico e outros, a percentagem não alcança 5%, apesar de se notar um ligeiro aumento de rapazes e raparigas que concluíram estes níveis.

Comparando a evolução da percentagem dos que concluíram um nível por sexo, nota-se que continua a haver mais rapazes com níveis concluídos do que as raparigas. Por exemplo em 1997 (56%) dos rapazes tinham concluído um nível, enquanto para as raparigas a percentagem era de (43.7%). Em 2007, o comportamento continuou, tendo sido (50.9%) e (49.1%) para os rapazes e raparigas respectivamente.

Gráfico 4. Distribuição percentual da população em idade escolar por níveis frequentados e concluídos segundo sexo, 1997 e 2007



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

A frequência escolar e conclusão de níveis também foram analisadas em relação as áreas de residência, nomeadamente Urbano e Rural. Através do gráfico 4 pode-se observar que em 1997, entre os residentes da área urbana, havia maior (81.5%) percentagem de população escolar com nível primário do primeiro grau concluído comparativamente aos outros níveis, como por exemplo o segundo grau do mesmo ensino que tinha apenas (14%).

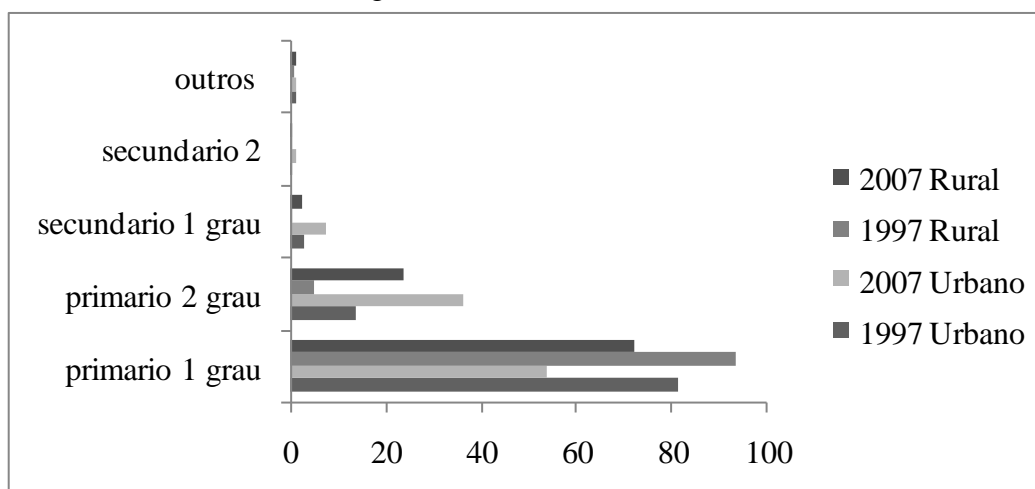
Para o ensino secundário do primeiro grau, na mesma área, havia no mesmo ano (3.0%). O segundo grau deste ensino e outros tipos, técnicos, não alcançaram (2%).

Comparando com o ano 2007, nota-se que houve redução da percentagem dos que tinham apenas o nível primário do primeiro grau para (53.9%), como consequência do aumento dos que concluem o segundo grau (36.2%). O nível secundário do primeiro grau teve melhoria tendo passado para (7.4%).

Na área rural, a tendência é de haver mais população escolar com o nível primário do primeiro grau concluído (93.6%) do que os outros níveis que, não alcançam (5%) em 1997. Em 2007 houve uma ligeira redução da percentagem dos que concluíram o ensino primário do primeiro grau comparativamente aos outros níveis. No ano em análise, a percentagem dos que concluíram o segundo nível do ensino primário aumentou para (27,7%).

Comparando as duas áreas, nota-se que a área urbana apresenta mais população escolar com um nível concluído (66,3%), enquanto a área rural apresenta apenas (33,7%). Na área urbana há mais pessoas com o nível secundário (86,4%) do que na área rural (13.6%).

Gráfico 6. Distribuição percentual da população em idade escolar por níveis frequentados e concluídos segundo área de residência, 1997 e 2007



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

Duma forma geral, a proporção dos que concluem um nível é menor. Um dos aspectos que pode justificar a dificuldade de alcançar o ensino universal e segundo os resultados, é o facto de maior parte da população em idade escolar que deveria ter concluído algum nível aos 11e 13 anos não ter o feito, o que leva a pressupor que haja muita reprovação na 5ª e 7ª classes. Por exemplo, dos recenseados em 2007 cuja idade se situa na faixa etária de 11 a 17 anos apenas (4.8%) tinham concluído algum nível e os restantes (95.2%) não tinham concluído nenhum nível.

4.3. Saber ler e escrever

De um modo geral, de 1997 a 2007 a proporção da população em idade escolar segundo a capacidade de leitura e de escrita, aumentou. De (29.7%) passou para (41.9%), respectivamente. A proporção dos que não sabem ler nem escrever reduziu de (65.6%) para (54.1%).

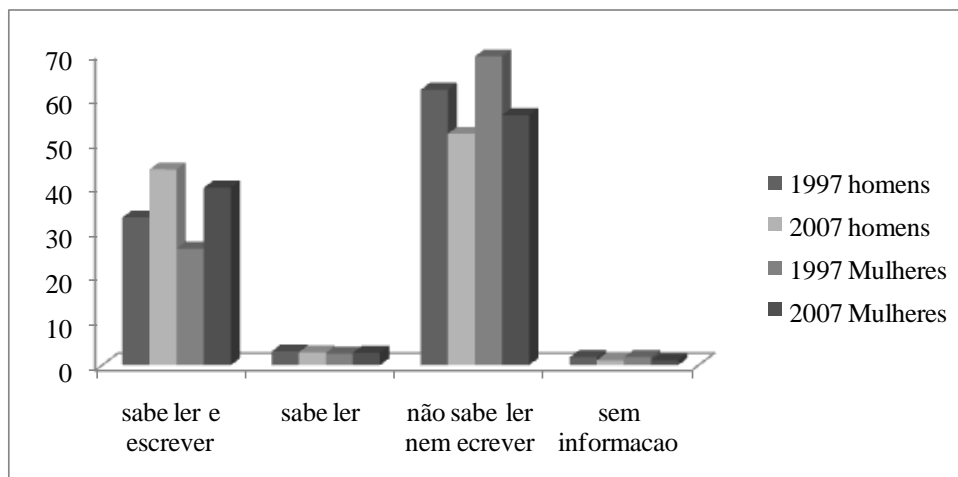
Analisando por sexo, observa-se que no censo de 1997 apenas (33.2%) dos homens sabiam ler e escrever e (61.9%) não sabia ler nem escrever. No censo 2007 a proporção de homens que sabem ler e escrever cresceu em (11.8%) passando para (44%), significando o decréscimo dos que não sabem ler nem escrever para (52.0%), o que representa uma melhoria na proporção de população masculina alfabetizada em Moçambique.

No que diz respeito as raparigas, em 1997 apenas (26.6%) sabia ler e escrever e (64.4%) não sabia ler nem escrever. Em 2007 houve melhoria na percentagem de raparigas que sabem ler e escrever (39.9%). A percentagem dos que não sabem ler nem escrever reduziu para (56.2%).

Em termos gerais, comparando homens e mulheres, a maior parte dos alfabetizados são do sexo masculino.

O índice de alfabetização indica que em 1997, dentro do que é esperado que seja a população em termos de alfabetização (100%), apenas (0.2) estavam alfabetizados. Com o aumento da percentagem dos que sabem ler e escrever em 2007, o índice cresceu para (0.3) pessoas alfabetizadas neste conjunto de população em idade escolar. Apesar de lenta, há uma melhoria em termos de redução de

Gráfico 7. Distribuição percentual da população em idade escolar segundo condição de alfabetização e sexo



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

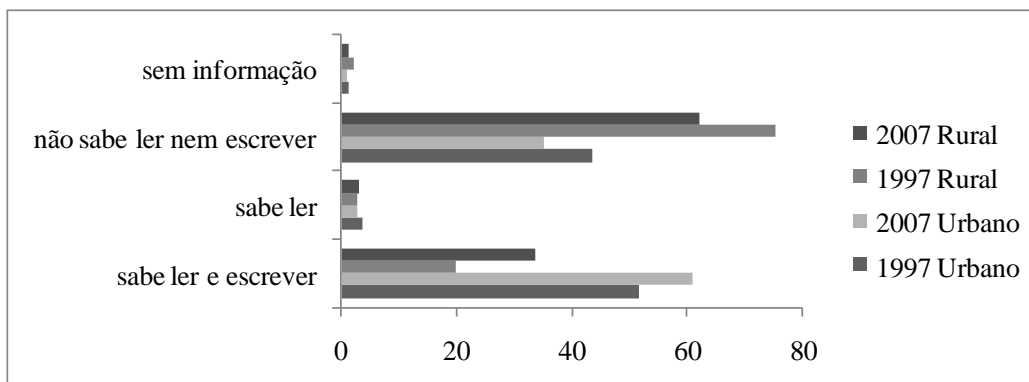
A alfabetização também foi analisada segundo as áreas de residência de modo a apurar o nível de integração das diferentes áreas no processo de massificação da educação.

Assim, observou-se que em 1997 mais da metade da população escolar urbana (51.8%) sabia ler e escrever e (43,6%) não sabia ler nem escrever. Em 2007, estas proporções variaram de forma positiva, aumentando a proporção dos que sabem ler e escrever em (8.3%), passando para (61.1%) e como consequência, a proporção dos que não sabiam ler nem escrever decresceu para (35.2%).

Para a área rural, o cenário foi diferente no censo 1997. Apenas (19.8%) da população em idade escolar sabia ler e escrever e (75.5%) não sabia ler nem escrever. No censo 2007 a proporção da população em idade escolar que sabia ler e escrever aumentou para (33.6%), o que significou a redução da proporção da população escolar que não sabe ler nem escrever.

Comparando as duas áreas, verifica-se que em ambos censos, a área urbana é a que apresenta mais população em idade escolar alfabetizada do que a área rural.

Gráfico 8. Distribuição percentual da população em idade escolar segundo condição de alfabetização e área de residência, 1997 e 2007



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do censo 1997 e 2007

4.4. Paridade de Género na educação (IPG)

De acordo com o glossário da UNESCO (2003) o IPG é obtido através da razão entre o valor observado para as mulheres e o valor observado para os homens, referente a um dado indicador. O seu valor ideal é 1. Se o Índice for menores que 1 mostram a disparidade em favor dos homens e, se for maiores que 1, é favorável às mulheres.

De acordo com os dados dos censos de 1997 o índice de paridade de género indicava (0.8). Em 2007 o índice cresceu para (0.9), demonstrando que a paridade de género na educação ainda não foi alcançada. Como se pode observar no gráfico 3 há uma desigualdade entre a proporção de raparigas e dos rapazes que frequentavam a escola.

5 Discussão dos resultados

A análise dos resultados indica que ocorrem avanços na educação segundo os indicadores analisados. Ao observar os gráficos 1 e 2 referentes aos ingressos e redução do número de crianças fora da escola nota-se um avanço no número de ingressos na idade certa para a primeira classe. Entretanto, o avanço nos ingressos não encontram a sua proporcionalidade entre, por exemplo a frequência e a conclusão de níveis. Apesar de ter aumentado a percentagem de

menores no ingresso e na frequência escolar, muitos destes não concluíram os níveis. Como foi observado anteriormente, o indicador conclusão de níveis mostra que apenas uma pequena parte da população que ingressa na escola consegue concluir um certo nível. Ao comparar os vários níveis de frequência, nota-se que continua haver maior proporção de alunos com o nível básico concluído do que o secundário e, esta tendência verifica-se em ambas áreas (urbana, rural). Na análise foi observado que a proporção de alunos que deveriam ter concluído um nível aos 11 e aos 13 anos era muito baixo. Isto pode estar relacionada com a entrada tardia na escola que leva a que se conclua o nível na idade não prevista, isto é aos 13 ou mais anos.

Pelos dados, a disponibilidade e acesso a educação parece ser fácil na área urbana do que na rural e entre os rapazes do que nas raparigas. Este aspecto realça a tese de Chung (1996:198) segundo a qual a educação em África não só continua assente em sistemas e estruturas do período colonial⁶ como também continua extremamente elitista porque muito poucos países africanos conseguem generalizar o ensino primário. Este elitismo é acentuado no ensino secundário, onde na maior parte destes países africanos apenas (5%) das crianças em idade de frequentar estudos secundários têm possibilidade de o fazer e menos de (1%) deste grupo etário tem acesso a qualquer forma de ensino superior e mesmo os que se inscrevem neste nível de ensino raramente se especializam numa área.

No que se refere a paridade de género na educação, os resultados mostram também que há uma tendência para que haja uma proporção semelhante de homens e de mulheres nas escolas, mas as mulheres ainda constituem a maioria no conjunto dos que nunca frequentaram a escola e dos que não sabem ler nem escrever. Este aspecto foi referido pela UNESCO (2011:43) ao analisar a situação de educação para 123 países da África Sub-Sahariana e do Sul e Oeste da Ásia. Nesse estudo verificou que dos mais de (40%) de crianças fora da escola, havia maior probabilidade de as raparigas nunca ingressarem na escola, comparando-as com os rapazes. Pelo facto, prevalecem as desvantagens determinadas pelo género. Na África sub-sahariana, quase três quartos de raparigas fora da escola, nunca se matricularam, em comparação aos dois terços dos rapazes.

⁶ Segundo o autor a educação introduzida pelos missionários cristãos, a educação ocidental deu origem a elites mais versadas na teologia, história, literatura e cultura do que na ciência e esta preferência acentuada pelas ciências humanas observa-se ainda hoje.

Como factores que interferem nas perspectivas para a admissão, progressão e conclusão do ensino primário a UNESCO (2011: 47) indicava as circunstâncias domésticas como por exemplo ser uma criança pobre; ser da área rural ou ser de origem das minorias étnica ou linguística, ser uma criança do sexo feminino, ser crianças de um país afectados por conflitos. No caso deste estudo, os aspectos que justificam a não frequência escolar, não conclusão de um nível podem estar relacionado com a localização geográfica, neste caso na área rural, onde a rede de escolas é ainda reduzida, a maior parte da população que vive nesta área é pobre. Trata-se de uma área onde as desigualdades determinadas pelo sexo são predominantes.

Considerações finais

O estudo baseado nos dois censos (1997 e 2007) permitiu perceber o comportamento da educação no que diz respeito a frequência escolar, níveis concluídos e a paridade de género. Em função do almejado até 2015, a dinâmica no sector da educação mostra que existe alguma melhoria em termos de pessoas abrangidas pelo processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, a desistência escolar (não conclusão dos níveis), a rede escolar ainda pouco desenvolvida e a persistência da disparidade de género entre os alunos, constituem factores que poderão fazer com que até 2015 não se tenha cumprido com os objectivos 2 e 3 do Milénio.

Referências

AZEVEDO, Ávila. *Politica de ensino em África*. Estudos de ciências Politicas e Sociais, Lisboa: 1958.

BANCO MUNDIAL. *A Educação na África Sub-Sahariana*. Medidas de políticas para Ajustamento, Revitalização e Expansão. Estudos de política Geral do Banco Mundial. Washington: 1990.

BHATTY, Kiran. *Educational deprivation in Índia: A survey of Field Investigations*. Economic and political Weekly, Vol. 33, n 28 (jul.11-17, 1998). Disponível em: <<http://jstor.org/stable/4406990>>. Acesso: 09 dez. 2011.

CHANG, Fay. *A Educação na África actual*. In: Dolores, Jaques (1996). Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre a educação

para o século XXI. Edições ASA. :1996.

DURKHEIN, Emile. *Sociologia, Educação e Moral*. Tradução: Santos, Evaristo. Portugal: 1984.

ELI, J. e MAR. *Exploração Portuguesa em Moçambique 1500-1973*. Estudos Coloniais portugueses, Esboço Histórico. Lourenço Marques, Moçambique: 1975.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo; 2005.

HEDGES, David. *Moçambique no Auge do Colonialismo, 1930-1961*. 2ª Edição, Livraria Uniersitária, Maputo: 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Relatório Final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, 2002/3*. Maputo: 2004.

_____. Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008. Moçambique: 2008.

MAZULA, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985* (em busca de fundamentos filosóficos-antropológicos). Fundo bibliográfico da língua portuguesa. Edições Afrontamento, Moçambique:1995.

MINISTÉRIO DE EDUCACÃO E CULTURA. *Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006 – 2010/1*. Moçambique: 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre as Nações para eliminar a pobreza humana*. Relatório do Desenvolvimento Humano 2003. Lisboa: 2003.

REPÚBLICA POPULAR DE MOCAMBIQUE. *Sistema Nacional de Educação, Linhas gerais e Lei n°4/83*. Moçambique: 1983.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de ROSA, Joaquim Coelho. Gradiva, Lisboa: 2003.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION.
Educación para Todos: cumplir nuestros compromisos comunes Adoptado en el Foro Mundial sobre la Educación Dakar (Senegal), 26-28 de abril de 2000 Con los seis Marcos de Acción Regionales. Francia: 2000. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/efa_report/zoom_regions_pdf/ssafrica.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION.
UNESCO. *And everyone has the Right to Education*. France: 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/efa_report/zoom_regions_pdf/ssafrica.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2012.

Recebido em: 31/10/2012. Aceito em: 02/12/2012.

Acrónimos

INJAD- Inquérito Nacional sobre o Comportamento Sexual dos Jovens e Adolescentes

INE- Instituto Nacional de Estatística

MICS- Inquérito sobre Indicadores Múltiplos

MPD- Ministério do Plano e Desenvolvimento

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization